

Lendo manuais de jornalismo dos anos 1960-1970: representações da profissão e identidade profissional

Reading 1960-1970's journalism manuals: work representation and professional identity

Leyendo manuales de periodismo de 1960-1970: representaciones del trabajo y identidad de los periodistas

Recebido em: 26/04/2021

Aceito em: 06/06/2021

DOI: 10.46952/rebej.v11i28.442

RESUMO

Este artigo descreve a construção da imagem e das características dos jornais e dos jornalistas conforme apresentadas em três manuais de jornalismo, publicados pelas Edições de Ouro, em edições populares, entre 1964 e 1979. De caráter didático e normativo, dirigido a um público leigo, os livros trazem indícios para a compreensão de como a profissão era vista naquele momento. A análise indica que (1) o jornalismo é mostrado como "missão", não como profissão; (2) jornalistas são pessoas de "respeito" e "prestígio", com bons salários e (3) aprende-se "na prática", em uma crítica aos cursos universitários. Esses pontos são discutidos a partir das dinâmicas do campo do jornalismo e da pesquisa em comunicação.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação. Jornalismo. Profissão. Edições Populares. Manuais.

ABSTRACT

This paper outlines the newspapers' and journalists' image and characteristics as sketched in three news manuals published from 1964-1979 by Edições de Ouro, a popular press. Aimed to a general public, it sketches some popular representations of journalism at that time. Main findings suggests that (1) journalism was shown as a 'mission', not as a regular profession; (2) journalists were portrayed as people of 'respect' and 'prestige' and (3) there is a general grimness towards journalism courses, viewed, at its best, as futile. These findings are discussed against a background of the history and the dynamics of the journalism field and communication research.

KEYWORDS

Communication. Journalism. Popular Press. Textbooks.

RESUMEN

Este artículo describe la imagen y las características de los periódicos y periodistas, como se describe en tres manuales de noticias publicados entre 1964 y 1979 por Edições de Ouro, una prensa popular. El análisis indica que en los libros de texto (1) el periodismo se muestra como una "misión", no como una profesión; (2) los periodistas son "personas de respeto" y "prestígio", con altos salarios y (3) la profesión se aprende en la práctica, contra los cursos de periodismo. Estos puntos se discuten en el contexto de la historia y la dinámica del campo del periodismo y la investigación en comunicación

PALABRAS CLAVE

Comunicación. Periodismo. Prensa popular. Manuales



Luis Mauro Sa Martino

Doutorado em Ciências Sociais e professor da Pós-Graduação em Comunicação e da graduação em Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero. lmsamartino@gmail.com

1 INTRODUÇÃO¹

Em algum momento entre 1960 e 1964, a Edições de Ouro, do Rio de Janeiro, publicou duas edições do livro “Manual Prático do Jornalista”, do jornalista Natalício Norberto. Há poucas informações sobre o autor nos livros, mas sabe-se que uma versão inicial da obra havia sido encomendada por Paulo Vial Corrêa, “na época Secretário de Redação de ‘O Jornal’, órgão líder dos Diários Associados”, para utilização na cadeia dos jornais (NORBERTO, 1964, p. 8)². Trata-se, portanto, de um precursor dos “Manuais de Redação” implantados nos jornais nos anos 1980, mas contemporâneo das primeiras tentativas do gênero, como o “manual” introduzido por José Nabantino Ramos na Folha de S.Paulo nos anos 1950 (SILVA, 1988; RIBEIRO, 1994).

O livro Norberto era dirigido a estudantes recém-formados que chegavam ao mercado de trabalho, mas também a toda e qualquer pessoa que quisesse conhecer técnicas e práticas do jornalismo e, eventualmente, trabalhar na Área. O jornalismo, embora consolidado como profissão, ainda estava nos primeiros passos em termos de formação – parte dos grandes nomes daquela época nunca chegou a fazer um curso superior.

Não faltavam livros acadêmicos sobre jornalismo em circulação na mesma época, como “Introdução ao Jornalismo”, de F. Fraser Bond (1959), editado pela Agir, e “Manual de Jornalismo”, de John Hehenberg (1962), pela Fundo de Cultura, foram publicados ao redor dessa data. No final da década, apareceriam “A Imprensa Informativa”, de Luiz Beltrão (1969), pela Folco Masucci e o “Jornalismo – Dicionário Enciclopédico”, de Nabantino Ramos (1970), ex-proprietário da “Folha de S.Paulo”, pela Ibrasa.

O livro de Norberto, no entanto, tem uma característica que o diferencia dos outros: foi escrito para quem estava iniciando na profissão, vindo ou não de um curso superior. Sua publicação pela Edições de Ouro significava uma distribuição ampla, com venda – segundo a contracapa do livro – em bancas de jornal, ao lado de revistas e livros que ensinavam a tocar violão ou fazer tricô. Uma segunda versão do livro aparece em 1978, sob o título de “Jornalismo para Principiantes”, também publicado pela Edições de Ouro (NORBERTO, 1978).

No ano seguinte, a editora publica outro manual, de A. Vivaldo de Azevedo (1979), intitulado “Noções de Jornalismo Aplicado”. Não há indicações biográficas no livro. O trabalho segue as linhas principais da obra de Norberto, focalizando aspectos práticos.

Mas o que era “jornalismo” nessas publicações? Como eram retratados o jornalista e seu trabalho? Este artigo delinea, a partir de pesquisa documental, a imagem e as características do jornalismo e dos jornalistas indicadas nesses três manuais publicados de 1964 a 1979.

¹ O autor agradece à/ao parecerista anônimo as críticas e sugestões a uma versão anterior do texto.

² Há um outro livro de Norberto, “Jornalismo para todos”, ao que tudo indica de tiragem limitada, no qual existe uma pequena biografia do autor, indicando que começou a trabalhar nos Diários Associados em 1945, tendo posteriormente atuado em outros jornais como Última Hora, Tribuna da Imprensa, Jornal do Comércio e O Globo, entre outros. Não há no livro indicações de data ou editora, embora, por mencionar o “Manual Prático do Jornalista” (ao qual também se refere como “Técnica e Princípios do Jornalismo Moderno”, indicando a data de publicação como 1959), presume-se ser posterior a 1960.

Nas pesquisas sobre história do jornalismo, nota-se alguma preponderância na abordagem referente aos veículos e empresas de comunicação, implicando-os em seus respectivos contextos políticos, sociais e econômicos. A contribuição de livros sobre história da imprensa ou de jornais específicos, como, por exemplo, Bahia (1964), Sodré (1966), Capelato e Prado (1980); Mota e Capelato (1981), Capelato (1989), Taschner (1987; 1992) destacam a relação entre a prática jornalística e seu entorno sócio-histórico a partir de um olhar sobretudo institucional. Barbosa (2007; 2008), por seu turno, situa as relações complexas entre a imprensa e os aspectos culturais e econômicos de sua época, mostrando entrecruzamentos e tensões na definição do que era o jornalismo.

Olhares em escala micro, focalizando o cotidiano das redações, parecem ser um pouco mais raros, estando presentes em estudos como os de Medina (1982), Travancas (1993) e Ribeiro (1994).

O que torna esses manuais de jornalismo importantes em seu aspecto histórico é esse olhar para a micro-escala da prática jornalística vista, ao mesmo tempo, “de dentro” – na medida em que seus autores são jornalistas e se valem de sua experiência – e “de fora”, ao realizarem um exercício de objetivação de suas vivências na forma de um texto de caráter didático, voltado para um público leigo. Não se trata de memórias, nas quais a prática profissional é retrabalhada no âmbito de uma recordação, ou da reconstituição histórica *a posteriori*. Feitos como material didático para o público de sua época, esses manuais apresentam uma imagem do que se entendia por jornalismo naquele momento.

O fato de se tratarem de manuais, além de seu caráter didático, acentuam outra preocupação: a ideia de “ensinar jornalismo” a partir da prática, desprovida de reflexões de alcance histórico ou sociológico; o jornalismo é apresentado como “prática profissional”, não como “prática social”, e menos ainda pensado em suas contradições com o regime político-econômico vigente. Os vinte anos nos quais esses manuais foram publicados englobam a eleição e renúncia de Jânio Quadros, a deposição de João Goulart em 1964, a maior parte do regime militar – dois deles foram escritos após o Ato Institucional no. 5, em 1968 – e os primeiros sinais de abertura, já no final dos anos 1970.

É sintomático que em nenhum dos livros, mesmo nos dois escritos após março de 1964, exista qualquer referência à política – o regime militar não é sequer mencionado; não há referências à censura prévia, auto-censura, às pressões internas e externas ao trabalho jornalístico no período.

Escritos em um momento de consolidação plena da indústria cultural no Brasil, como indicam Medina (1982) e Ortiz (1987), dedicam-se a formar os profissionais sem levantar grandes questionamentos a respeito dos usos que seriam feitos das técnicas ensinadas. Os manuais, na medida em que, ao apresentarem a “prática” do jornalismo, desenham também a figura de um jornalista “ideal” (ou idealizado) no sentido técnico.

As pistas para reconstruir essa imagem do jornalista “ideal” estão espalhadas nos três manuais na forma das indicações sobre as características de quem busca a profissão. Há igualmente indícios do comportamento esperado do jornalista (sempre no masculino: em momento algum os manuais fazem referência à presença de mulheres na profissão) e descrição de situações ou vivências profissionais.

A leitura desses indícios é feita a partir de um diálogo com a noção de “micro-história”, tal como entendida a partir dos trabalhos de Barros (2007), Levi (2016) e Chartier (2016), somadas às contribuições de Ginzburg (2009). Em particular, sua noção de “paradigma indiciário” permite olhar aspectos tidos como secundários ou menos importantes de um fenômeno para compreender aspectos mais amplos.

Vale apontar os limites desta abordagem: sem ter sido escrito por uma historiadora ou historiador, este texto dialoga com a noção de micro-história como auxílio na leitura dos manuais para compreender um pouco melhor a imagem do jornalista que se forma a partir deles. Busca-se na História uma perspectiva de método para compreender a área, algo indicado também por Barbosa (2018, p. 34) ao mencionar o surgimento de um “olhar historiográfico na área de Comunicação”. Iacomini (2019) aponta a necessidade de olhar os “resíduos” do passado na pesquisa em comunicação para compreender sua duração até o presente – sem pretensão de linearidade, mas como um emaranhado de linhas de força.

Ao mesmo tempo, sabe-se dos riscos de qualquer extrapolação da importância desses três manuais, bem como da impossibilidade de “explicar” o macro pelo micro; trata-se de uma leitura limitada e consciente dessas limitações.

No que se segue, essas questões são trabalhadas em quatro partes: (1) as características de forma dos livros e seu contexto de publicação; (2) a visão dos livros sobre jornal, jornalismo e a formação do profissional e (3) as qualidades necessárias ao jornalista, tal como apresentadas nos manuais, destacando (4) uma narrativa sobre o “primeiro dia” de um repórter na redação.

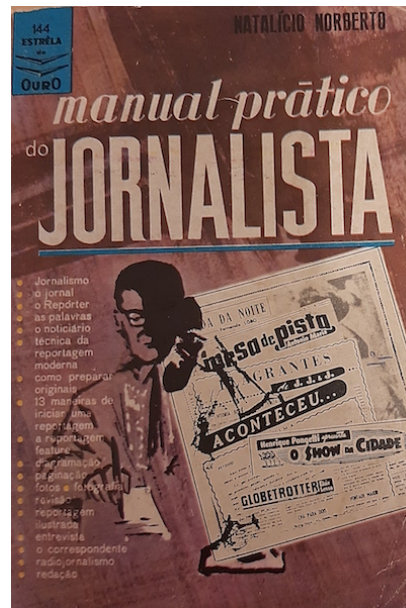
Nas transcrições de trechos foram mantidas as grafias originais das palavras e o uso de maiúsculas, itálico ou negrito conforme escrito pelos autores.

2 OS ASPECTOS FORMAIS E A IMAGEM DO JORNALISTA

A capa dos livros pode indicar algo do imaginário sobre o jornalismo no momento. Não é possível tomar as ilustrações de capa como “reflexo” ou generalização do pensamento da época; no entanto, se uma das tarefas da capa é vender o livro, é possível esperar que ela traga algo familiar para os leitores – indício do que o público não especializado imaginava, e identificaria, como “jornalismo”. Para análise das capas, seguem-se indicações metodológicas de Rose (2016).

Os livros de Norberto têm capas com ilustrações, embora o capista, Antônio Euzébio, só seja creditado na edição de 1960 (Figura 01). O fundo, em tons de rosa e vermelho, contrasta com as letras do título, em branco e amarelo, e do nome do autor, em branco. No centro da imagem, uma figura humana geometrizada, quase caricatural, presumivelmente o jornalista, vestindo terno e gravata, com uma paleta de cores predominantemente azul. Na mão esquerda segura um telefone, enquanto com a direita faz anotações em uma folha. Sua expressão sugere alguma descontração: está de boca aberta, dizendo ou respondendo algo no telefone. No canto da imagem, uma câmera fotográfica.

Figuras 1 e 2. Manuais da década de 1960



Fonte: reprodução

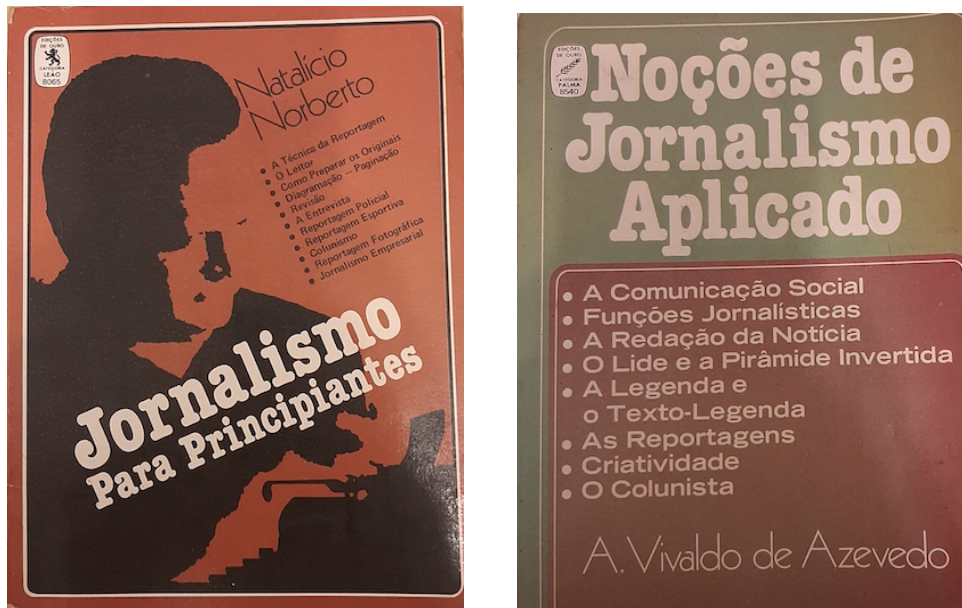
Na capa da edição de 1964 (Figura 02) a paleta de cores quentes e vivas é substituída por um fundo em tons do lilás ao roxo. A diferença principal é a representação do jornalista: se, na capa anterior, o desenho aproximava-se de algum exagero quase caricatural, nesta o desenho procura a representação figurativa do jornalista. Ele está de terno e gravata, olhando para baixo, com ar sério, boca fechada, anotando com a mão direita enquanto segura o telefone com a esquerda. Usa óculos quadrado, com armação preta e grossa; seu cabelo está cortado rente. No canto, um quadrado é preenchido com manchetes.

O jornalista é representado como o repórter no meio da apuração, “na prática”, relacionado com a ideia do “Manual”. Na segunda edição, a capa traga os tópicos do sumário, indicando o conteúdo do livro, o “como fazer” prometido na obra.

Em “Jornalismo para principiantes”, de 1978, a capa (figura 03) tem uma paleta marrom, preta e branca. A figura humana, em close, ocupa quase três quartos do espaço, mas borrada. Ao seu lado uma máquina de escrever. Novamente, temos o jornalista em ação, com os tópicos do livro na capa.

Essa última característica se repete no livro de Azevedo (figura 04). Capa gráfica, em verde claro, marrom e branco, não traz nenhuma representação do jornalista.

Figuras 3 e 4. Manuais da década de 1970



Fonte: reprodução

Aa linguagem é referencial e didática, com exemplos da imprensa da época – fotos, reprodução de páginas ou trechos de jornais, e imagens do cotidiano da redação ou da empresa de comunicação. O gênero é masculino, com o uso de “homem” para designar “humanidade” ou “senhor” quando o texto se dirige a quem está lendo. Seria um anacronismo qualificar esse tipo de procedimento, mas, de certa maneira, são indícios da maneira como se pensava a linguagem e o público naquele momento.

Isso leva a outro aspecto formal: quando os livros foram publicados?

Nos livros mais recentes a identificação é simples: “Jornalismo para principiantes”, de Norberto, é de 1978, e “Noções de Jornalismo Aplicado”, de Azevedo, é de 1979, ambos pelas Edições de Ouro. No caso de “Manual Prático do Jornalista”, a pergunta é um pouco mais difícil de responder.

Atualmente, livros são identificados pela ficha catalográfica. No entanto, em edições mais antigas, essas indicações eram mais raras – quando existiam. No caso do “Manual Prático do Jornalista”, foi possível encontrar duas edições, diferentes apenas na capa. O conteúdo é idêntico, até nos detalhes de impressão. Uma delas tem, na parte interna da capa, a data “1964”, em algarismos romanos, mas não indica o número da edição. A outra não tem qualquer identificação. Para estabelecer o ano, é preciso trabalhar com alguns poucos indícios em outras obras do autor. No prefácio de “Jornalismo para principiantes”, Norberto (1978, p. 7) menciona um livro escrito “faz cerca de dezoito anos” o que daria a data de 1960 como sendo a da primeira edição.

Os três livros, portanto, são publicados entre 1960 e 1979, período marcado, recorda Renato Ortiz (1988), pelo crescimento da indústria cultural no Brasil, desenvolvida com o apoio do regime militar, pela hegemonia da televisão como mídia mais popular e das organizações Globo como principal grupo empresarial da área. Esse cenário da comunicação, lembra Petrarca (2010), demandava um novo tipo de profissional, e os três manuais se apresentavam como parte disso.

Intervalo de tempo importante também para a área de Comunicação: em 1969, os cursos de Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Cinema e Editoração, até então separados, são reunidos em um só, intitulado “Comunicação Social”. Os cursos de Jornalismo, criados ainda nos anos 1940 – o mais antigo, da Cásper Líbero, em São Paulo, data de 1947 – respondiam sobretudo a uma demanda de mercado por profissionais mais qualificados para atuar nas redações e agências de publicidade. A regulamentação, em 1969, transforma esse panorama, mas talvez não no sentido imaginado: os três manuais vão se valer dessa problemática para definir a imagem do jornalista e do jornalismo.

3 FORMAÇÃO: O QUE UM JORNALISTA DEVE SABER?

Referindo-se a esse momento, entre os anos 1960 e 1970, Cremilda Medina (1982, p. 86) indica que “o período dessa transição (em que ao mesmo tempo se regulamentava a profissão de jornalista e se exigia a escola de comunicação) serviu para reforçar ainda mais o significado de uma eformação específica”.

Os antigos cursos se tornam “habilitações”. Isso criou uma situação paradoxal que vai se desdobrar, nos anos seguintes, em questões teóricas e profissionais: o curso é de “Comunicação”, mas forma jornalistas, publicitários, profissionais de relações públicas, cinema e editoração (MOURA, 2002; MARTINO, 2012; 2018). Os livros não são de “Comunicação para principiantes”, mas “Jornalismo”. Há uma única menção a esse fato, no livro de Azevedo (1979, p. 5):

Jornalismo, relações públicas e publicidade, em cada uma dessas funções o interessado descobrirá uma dezena de novos cargos e profissões, todos tendo a ver com sua escolha básica, a de comunicólogo. Não se deve esquecer que, ao lado do termo economia, o verbo comunicar é o mais atual do Brasil, nesses tempos.

Os livros, portanto, são dirigidos a um campo em construção, sem limites teóricos ou práticos definidos, oscilando entre uma formação técnica e teórica – não por acaso, no início dos anos 1980, Venício Lima (1983, p. 58) indicava uma “crise de identidade” dos cursos de Comunicação. Havia, ao que parece, um problema epistemológico central na fundação da área acadêmica da Comunicação, e os manuais não deixam de identificar isso: os cursos de Jornalismo e, mais tarde, de Comunicação, não seriam suficientes para formar profissionais – e os manuais poderiam preencher essa lacuna.

Norberto (1964, p. 11), indicava:

Muitos jornalistas que conheço, militando nas redações de jornais e revistas, alguns até portadores do diploma de “doutor em jornalismo” não sabem como esquematizar uma reportagem, ou redigem mal uma simples nota de aniversário.

De saída, chama a atenção a ironia da expressão “doutor em jornalismo”, retomada em outros pontos do livro: um portador do título de “doutor” não precisaria, evidentemente, de um manual que ensine o que deveria ter aprendido em quatro

anos de faculdade – justamente essa a proposta do livro. Mas o elemento irônico vai além: se, a rigor, a palavra “doutor” indica quem completou um doutorado, no uso corrente, significa “formado em curso superior” – aplicada, por exemplo, a médicos e advogados, mas raramente a jornalistas.

O comentário do autor remete a um problema que se estende, de outras maneiras, até hoje: o debate sobre exigência do diploma para o exercício do jornalismo, ponto histórico de tensão entre universidades, sindicatos e empresas (ALBUQUERQUE, 2006; ALVES, 2014).

As empresas jornalísticas eram contrárias à formação universitária, explica Cremilda Medina (1982, p. 46), alegando que “a escola prática da empresa” seria suficiente, ao mesmo tempo em que não viam com bons olhos uma equiparação salarial do jornalismo com outras profissões universitárias.

Mas a resistência vinha também, segundo a autora, dos próprios jornalistas “que se improvisaram pelo autodidatismo e viam-se ameaçados pelos jovens que saíam das universidades”. São esses jornalistas, prossegue Medina, “que assinam artigos contestando com maior violência e sarcasmo ‘essa história de curso de jornalismo’”.

A ironia sugere, na irônica valorização do curso, um descompasso entre a realidade e a faculdade de jornalismo – que confere o título de “doutor”, mas seria incapaz, para o autor, de preparar alguém para a profissão. Não são apontadas alternativas – por exemplo, Medina (1988) e Abramo (1988), embora identificassem várias deficiências, apontavam como solução uma melhora nos cursos de jornalismo; nos manuais essa postura não é cogitada, e as referências são sempre negativas.

Quase vinte anos depois, a visão do autor não havia mudado muito:

Quando escrevi o primeiro original deste livro, havia uma carência total de ensino do Jornalismo, no Brasil. As técnicas e os macetes da profissão eram transmitidos ao *foca*, ou iniciante, de viva voz, pelo *dromedário*, [grifos do autor] ou jornalista veterano. Aprendia-se por imitação. [...]. Hoje, já existem alguns livros sobre o assunto e muitas escolas de jornalismo no Brasil. Contudo, o ensino ainda é carente por falta de meios e treinamento prático. (NORBERTO, 1979, pp. 8-9)

Nesse ponto os três livros convergem: são “para todos”, e não deixam de dizer isso com todas as letras, indicando que o diploma de jornalismo não era necessário para o profissional. Mesmo com a exigência do diploma e a expansão dos cursos superiores de Comunicação, a formação “na prática” continuava. No ano anterior, Azevedo (1979, p. 41) definia do seguinte modo:

Qualquer pessoa de cultura média pode chegar a ser um jornalista e não se exige curso superior, embora as melhores oportunidades estejam à espera de pessoas mais qualificadas. Sabendo escrever em medida razoável, sabendo transmitir uma ideia, então está feita a notícia. O resto é técnica. Os ingredientes da notícia são a exatidão, o bom senso, a clareza e o bom português, em doses iguais. (AZEVEDO, 1979, p. 41)

A proposta dos livros, de fato, é ensinar “qualquer pessoa” a ser jornalista. Isso, no entanto, leva a outra pergunta: por que alguém gostaria de trabalhar no jornalismo?

A resposta de Norberto (1964, p. 17) é um indício de como o jornalismo – e os jornalistas – eram imaginados nos anos 1960, mostrando uma das visões do profissional naquele momento:

[...] jornalista – para muita gente – é um sujeito de prestígio, interessante, que percebe [sic] ótimo salário. A maioria quer ser jornalista por êsses motivos e para ter cartaz; o resto para não pagar imposto de renda. (NORBERTO, 1964, p. 17)

“Prestígio”, ser “interessante”, somado a receber um “ótimo salário” e não pagar imposto de renda: motivos mais do que suficientes para atrair alguém para uma profissão. Segundo a Receita Federal (2019), a constituição de 1934 liberava escritores, jornalistas e professores do pagamento do Imposto de Renda; a lei foi revogada em 1964.

Vale examinar essa visão da profissão que, na opinião do autor, circulava na sociedade. O jornalismo, como ramificação parcial da literatura – veja-se, por exemplo, estudos de Martino (2010) e Santos (2013) – e lugar de atividade de profissionais de várias outras áreas, se impõe aos poucos como profissão, em uma realidade mais complexa do que a apresentada. Até porque a realidade da profissão, escreve Azevedo (1979, p.17) dez anos depois, era bem diferente:

[...]. Na realidade, jornalismo é luta, sonho, corre-corre, vibração, obstáculo, dificuldade. E muito mais: é vocação. Talento aliado à prática e a uma boa dose de cultura geral. Tarimba acima de tudo. Sim, porque para ser jornalista só a cultura e o saber não bastam. Pois se bem que para tornar-se um **ás** [grifo do autor] da imprensa você somente necessita saber ler e escrever, de modo passável, uma carta, para ser jornalista é preciso ter queda. (AZEVEDO, 1979, p. 17)

A imagem do jornalismo, na “realidade”, é formada a partir de referências que, sem falar das atividades práticas, mostra uma projeção bastante idealizada da profissão. O “salário” e o “prestígio” saem de cena, mas aparecem visões próximas como “sonho” e “vibração”, ao lado dos mais realistas “luta”, “corre-corre”, “obstáculo” e “dificuldade”. E “vocação” e como pré-requisito o futuro profissional

A mentalidade “romântica” da profissão aparece mesmo quando os autores procuram uma definição mais técnica sobre jornal, jornalismo e notícia. Embora reconhecendo que o jornalismo é um “negócio”, aparece também a palavra “passa-tempo”, e a expressão “mais pura vocação do homem”.

Não por acaso, esses itens são definidos nos manuais de maneira mais precisa, como indicado no quadro 01:

Quadro 01: Comparação entre definições básicas nos manuais consultados

	Norberto (1964)	Norberto (1978)	Azevedo (1979)
Jornal	a informação, a notícia. É o veículo que eletriza, proporciona prazer ou distrai o leitor, e lhe conta, principalmente, as novidades de um dia na vida do país e do mundo. (p. 18)	um negócio como outro qualquer. Mas também é um serviço prestado à comunidade. Seus objetivos consistem em informal, interpretar, servir à comunidade, ao leitor e ao anunciante e divertir. 18	Publicação periódica (etimologicamente, <i>diária</i>) que divulga notícias de interesse geral, políticas, literárias e outras, com ou sem comentário. Qualquer noticiário, impresso ou transmitido por rádio, televisão, cinema, etc. (p.13)
Jornalismo	ocupação ou ofício de escrever, publicar ou dirigir um jornal. Atualmente, no Brasil, já é uma profissão; em alguns casos, um negócio; noutros um passatempo; (p.17)	profissão ou ofício de escrever, publicar ou dirigir um jornal, departamento de notícia de emissora de rádio ou de televisão, ou uma assessoria de comunicação social. É uma das mais puras vocações do homem e comporta múltiplas especializações. (p. 13)	função, remunerada e habitual, na busca de informações – ou sua documentação – inclusive fotográfica (p. 25)
Notícia	é a matéria prima do jornal. É todo fato que desperta ou provoca o interesse do leitor (p. 30)	informação pura e simples. É todo ato que foge à rotina (p. 42)	–

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Norberto (1964; 1978) e Azevedo (1979).

A essa imagem do jornalismo corresponde uma do jornalista. Como visto acima, o requisito da inicial da profissão é “saber ler e escrever uma carta” e, sobretudo, ter “queda”. Mas o que significa, de fato, ter “queda” para a profissão? Quais seriam as qualidades de uma pessoa para se aventurar no jornalismo? Isso leva ao próximo tópico.

31

4 AS QUALIDADES DO JORNALISTA

O que se espera de uma pessoa interessada em ser jornalista? O manual de Azevedo (1979, p. 25) descreve:

Um jornalista é um homem que mantém dentro de si a capacidade de indignar-se, ante um abuso cometido. Ou de elogiar um ato bem executado, quando esta visita uma comunidade ou uma pessoa necessitada. Ou reparar uma injustiça. [...] O jornalismo, assim, é feito de idealismo, energia pessoal e de perguntas, além de uma boa dose de conhecimentos diversos, visando informar bem ao leitor, este sim, o objetivo primordial do trabalho jornalístico.

As qualidades requeridas não são específicas: outras profissões poderiam se beneficiar das mesmas características. Essa postura segue a proposta dos livros: se qualquer pessoa pode ser jornalista, não há porque exigir alguma característica específica. A apresentação do jornalismo como “vocação” é direcionada para sua vinculação com um conjunto de exigências da produção industrial da notícia.

Como lembra Ribeiro (1994), trata-se de uma estratégia para deslocar o foco do trabalho de seus aspectos normativos profissionais para uma vinculação mais “pessoal”: o aspecto “romântico” do jornalismo permanece, mas desde que alinhado

com as demandas de um novo cenário. Como afirma o autor (RIBEIRO, 1994, p. 54), “dentro dos jornais ocorreu um desencantamento do mundo, devido à eliminação dos elementos políticos e românticos, incompatíveis com uma produção cultural industrializada”. Esse deslocamento simbólico com vistas à adesão remete ao que Bourdieu (1998) define como a *illusio* de um campo, isto é, o acordo tácito a respeito da aceitação de determinados discursos que, por si só, servem para dissuadir os agentes de um campo de discutir sobre os reais interesses em jogo ou sobre as condições reais de disputa.

Mas o que separaria caracterizaria um “bom” jornalista?

A diferença está, segundo o “Manual Prático do Jornalista”, em características que podem ser desenvolvidas na prática. O repórter, por exemplo, é descrito por Norberto (1964, p. 23) como alguém:

Portador de qualidades excepcionais, como agilidade mental, sangue frio, boa dose de cultura e facilidade de redigir, o repórter deve, principalmente, cultivar 3 qualidades essenciais e indispensáveis ao bom desempenho de sua tarefa: 1. Faro da notícia. 2. Precisão. 3. Brevidade. (NORBERTO, 1964, p. 23)

Dessas qualidades, a primeira é a única que se refere a uma característica pessoal. Vale, por isso, acompanhar sua definição pelo autor:

FARO DA NOTÍCIA – É o sexto sentido do repórter. A sua habilidade em distinguir entre duas notícias a que é mais importante. Não é coisa que se traga do berço. O faro da notícia é fruto da experiência diária e da mobilização de esforços de cada um: adquire-se através da observação constante dos fatos e acontecimentos que, a despeito de sua banalidade, se transformam em manchete, ou notícias de primeira página. (NORBERTO, 1964, p. 23)

As qualidades do jornalista, dessa maneira, são obtidas fundamentalmente a partir da prática, em uma situação circular: quanto mais pratica, mais apto está a praticar o jornalismo, e mais se aproxima dos padrões e modelos do “bom jornalismo” – não porque tenha alguma característica especial, mas, sobretudo, porque tende a incorporar a prática na forma de um princípio interiorizado de disposições. Barros Filho e Martino (2003) e Martino (2011), trabalhando a partir de Bourdieu (1983), observam que a interiorização das práticas, pelo jornalista, na formação de seu *habitus* profissional, não está restrita às questões técnicas, mas estende-se em uma rede de práticas sociais, como os gostos, a maneira de vestir e de falar: há um *ethos* profissional que se articula com as qualidades do indivíduo.

Não por acaso, Norberto (1978, p. 26) indica, em “Jornalismo para principiantes”, o que considera as características a serem cultivadas pelo repórter:

Mental

Vocação, saber ler e escrever e outros atributos indispensáveis, como saber outras línguas, por exemplo.

Físico

Boa saúde, bons músculos e bons nervos

Caráter

No desempenho de suas atividades, o repórter, isto é, o jornalista, precisa de algo mais do que a inteligência e os dotes físicos. São atributos inerentes à própria pessoa, já vem do berço. O Repórter deve ser responsável, persistente, sincero, imparcial. (NORBERTO, 1978, p. 26)

Há uma expectativa de um caráter que “já vem do berço” para o exercício do jornalismo. A maior parte dos pontos se refere a características pessoais, como ter “sangue frio” ou “agilidade mental”, ser “responsável”, “sincero” e “imparcial” – referência a uma das principais linhas de força que permeia, ou permeou, o imaginário da profissão. No livro de Azevedo (1979, p. 44), em uma lista de onze qualidades do futuro jornalista, os três primeiros tópicos apontam também para o caráter pessoal e da relação do profissional com seu campo:

1. Pense que não exerce apenas uma função, mas uma missão. Sua função é informar-se; sua missão, informar.
2. Seja jornalista o tempo todo – ou nunca será jornalista.
3. Quem vê no jornal apenas um emprego deve empregar-se na Prefeitura. (AZEVEDO, 1979, p. 44)

Aqui é possível notar indícios do que poderia ser descrito como um imaginário “romântico” do jornalismo, mas adequado à lógica empresarial que demandava a canalização dessa perspectiva para a prática.

Segundo Ribeiro (1994, p. 54), a “nova racionalidade” da economia, incorporada na prática jornalística organizada de maneira empresarial, exigia, igualmente, a formação de um profissional tecnicamente qualificado para o exercício de uma profissão racionalizada, na qual a improvisação e seria substituída pela norma. Os livros não se chamam “manual” por acaso: os livros se apresentam como conjuntos de regras práticas, o “como fazer” (a valorização do *know-how*) para operar dentro da realidade normativa e racionalizada dessa indústria. A modernização da empresa e dos procedimentos ancorava-se em uma matriz que demandava não uma “modernização” do jornalista em termos de formação, mas de vinculação à norma – o manual tornando-se a objetivação do processo.

Essa visão deixa de lado uma dimensão importante: o jornalista é um profissional com direitos e deveres, o que inclui, ao lado de responsabilidades e atributos, tempo de descanso e valorização profissional. “A modernização industrial das grandes e médias empresas de comunicação (...) passa sempre pelos equipamentos, pelas tecnologias de impressão e emissão”, diz Cremilda Medina (1988, p. 136), “mas se arrasta subdesenvolvida quanto aos modelos de organização, racionalização e administração”.

A dimensão da “missão”, de ser jornalista “o tempo todo” coloca o profissional em uma posição aparentemente de destaque (uma “missão” tem mais valor do que uma “profissão”) deixa de lado a questão profissional. Não por acaso, essa dimensão é mencionada em outro tom, “trabalhar na prefeitura” – e, em outro momento, o autor retoma a ideia: “O horário legal é de 5 horas. Mas só se é jornalista 24 horas por dia” (AZEVEDO, 1979, p. 45)

Esse tipo de afirmação, parte da *illusio* do campo mencionada anteriormente, mantém uma visão “romântica” do trabalho ao mesmo tempo em que o profissional precisa lidar com um ambiente de crescente industrialização – o recorte histórico e

sociológico mostra essa transformação, como analisado nos livros de Medina (1978; 1982); Goldenstein (1987), Ribeiro (1994).

5 O PRIMEIRO DIA NA REDAÇÃO: UMA NARRATIVA

No “Manual Prático do Jornalismo” destaca-se uma descrição, a única nos manuais, do que seria um “primeiro dia” de um jovem repórter, recém-formado em jornalismo, em uma redação. A narrativa é didática, mostrando o que acontece com o iniciante. O cotidiano da redação representado no texto encontra amparo em várias outras descrições, de caráter mais memorialista, como em Abramo (1988) ou nos depoimentos de profissionais no livro de Medina (1982), ou na etnografia de Travancas (1993). Nos “Manual”, no entanto, o tom não é de rememoração ou análise crítica: a narrativa é didática, mostrando o que pode acontecer com um iniciante despreparado. A situação descrita é, ao mesmo tempo, ponto de partida “prático” e reiteração da necessidade das informações que o livro trará a seguir.

Por essas características, seguindo as pistas metodológicas de Mota (2013), vale dedicar este item à análise dessa narrativa de Norberto:

O foca, como é chamado no Brasil o aprendiz de repórter, geralmente se transforma, entre nós, num bom profissional da imprensa unicamente pela sua constância, persistência e dedicação. (NORBERTO, 1964, pp. 119-120)

Esse parágrafo traz indícios para compreender as contradições da prática jornalística naquele momento de modernização das empresas.

34

Pouco familiarizado com o ambiente trepidante de uma redação de jornal, onde geralmente é admitido por intercessão de amigos e a título de experiência para ver se “dá para a coisa”, a sua iniciação nos mistérios do ofício que escolheu para ganhar a vida é feita de maneira abrupta, e quase vexatória: “Saia e me traga uma reportagem sobre o custo de vida”: - diz-lhe o secretário. Ou então: “Vá ao 4o. distrito onde há um crime de morte. Apure e volte para escrever a notícia”. E só. Orientação que é bom, nenhuma. Qualquer explicação adicional ou uma simples palavra de conforto ao inexperiente principiante, muito menos: “Saia e volte com a notícia”. Eis tudo. (NORBERTO, 1964, pp. 119-120)

Primeiro, destaque para a maneira como é descrita a entrada no jornal. O emprego é conseguido por indicação, para ver se “dá para a coisa”. A oportunidade é ainda fruto de relações interpessoais (“intercessão de amigos”), mostrando que a modernidade da empresa se chocava com uma tradição paternalista nas relações de trabalho. Em 1960, estamos distantes dos processos seletivos ou dos programas de treinamento (como o “Focas”, do Estado de S. Paulo ou o “Folha *Treinee*”, da Folha de S. Paulo), que só se consolidam no início dos anos 1980. Segundo lembram Silva (1988) e Ribeiro (1994), a tradição de entrar no jornalismo por indicação estava bastante arraigada, e a contratação via processo seletivo gerou, por exemplo, vários protestos na redação da Folha de S. Paulo.

O novato é apresentado como alguém despreparado para o ambiente no qual está subitamente inserido: sua situação é “vexatória”, demandando, no limite, uma

“palavra de conforto” que não virá. A vergonha diante da súbita verificação de seu despreparo, no texto, prepara o caminho para a crítica à formação universitária. Mas, antes, há um reforço da situação de embaraço à qual o “foca” está submetido:

O **foca** [grifo do autor] ainda tenta uma saída, indagando humildemente o que deverá fazer para começar. Mas é inútil. O secretário dá-lhe uma palmadinha nas costas, força um sorriso cretino e o despede, categoricamente, com estas palavras finais: “Você é o repórter: descubra!”.

A partir deste momento, o aprendiz de repórter, que era bisonho, está chocado, deprimido, desorientado, amargurado em seus sentimentos. (NORBERTO, 1964, pp. 119-120)

O trecho, construído do ponto de vista do repórter iniciante, reforça de maneira indireta suas impressões: à humildade de sua pergunta corresponde um “sorriso cretino” do secretário de redação, desencadeando uma sequência de estados emocionais: “bisonho”, “chocado”, “deprimido”, “desorientado”, “amargurado”. O foca é apresentado como alguém completamente despreparado o trabalho. Esse é momento da apresentação da tese, ainda uma vez em tom irônico:

Êle, que recém-saído da Faculdade com um título de doutor em jornalismo já se considerava o maior! (NORBERTO, 1964, pp. 119-120)

O cenário do ensino de jornalismo naquele momento, início dos anos 1960, justificaria essa crítica? O momento via o início da transição dos cursos de Jornalismo para a ideia de um curso de Comunicação, mas o cenário estava pleno de indefinições. Vale recordar que os cursos de Jornalismo mal haviam completado sua primeira década e, como visto, oscilavam no meio profissional entre a adesão e a resistência.

O “foca” apresentado no texto era também fruto de um novo público que, tendo no jornalismo sua primeira opção profissional, apostava na formação universitária como porta de entrada para a carreira (MEDINA, 1988, p. 144). Isso representa uma ruptura com o modelo vigente até então do profissional de outra área que trabalha como jornalista sem uma formação específica. A chegada desse novo público é caracterizada, no “Manual”, pelo negativo: formado, mas incapaz de saber o que fazer na “prática”.

Nessa situação, o socorro é procurado novamente na relação pessoal, mas a tentativa falha diante das exigências do ambiente de trabalho: a modernização da empresa se apresenta com toda a força na redação, sobrepondo-se à personalidade do momento anterior quando se trata da elaboração do produto – a notícia.

Mas, – oh idéia salvadora! – e o seu amigo que o apresentou na redação? O foca, pressuroso, aproxima-se e chama-o pelo nome. O amigo não ouve. O barulho é ensurdecador. Gritos, ordens e telefonemas misturam-se com o matraquear incessante das máquinas de escrever (“Meu Deus, como podem concentrar-se com êsse barulho!”). O amigo está ocupado: prepara uma reportagem. Os demais, idem. O tempo é curto e o jornal vai sair. Ninguém lhe presta atenção. (NORBERTO, 1964, pp. 119-120)

O final do trecho é se apresenta na forma de uma reflexão, ainda sob o ponto de vista do iniciante, a respeito do momento. O foco é novamente deslocado: no lu-

gar de um questionamento sobre as condições de trabalho ou sobre a insuficiência presumida de sua formação, a pergunta volta para a esfera pessoal:

Por que este tratamento arbitrário e essa desconsideração para com o **foca** [grifo do autor] – afinal, um principiante como tantos outros, que deseja aprender os segredos de uma profissão?

O secretário é um sujeito intratável, mau, tem medo que o futuro repórter lhe tome o emprego, ou é simplesmente um tipo egoísta que não gosta de **focas**?

Nada disso. O secretário, tanto como seus futuros colegas jornalistas não o ajudam nem se importam com êle, nem lhe dão lições ou ensinam a trabalhar – simplesmente porque não há tempo para fazer isso. Eles próprios estão assoberbados; têm mil e uma coisas para fazer, e o jornal não pode esperar (NORBERTO, 1964, pp. 119-120)

O ambiente de trabalho é apresentado como um lugar moderno, destacando a rotina de produção e as demandas – já naquela época – aparentemente acima da própria capacidade de trabalho dos profissionais, “assoberbados” e com “mil e uma coisas para fazer”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um balanço das transformações do jornalismo nas duas décadas anteriores, Cremilda Medina (1982, p. 136) situa o acentuado processo de modernização do jornalismo, sem deixar de lado suas contradições na prática profissional. Como argumenta Gisela Taschner (1992, p. 103), na década de 1960 é possível notar “a formação de uma indústria cultural no Brasil, no sentido mais estrito do termo, isto é, um sistema de complexos empresariais ligados ao setor da chamada comunicação de massa”.

Se é possível entender esses manuais como um indício do imaginário sobre o jornalista naquele momento, o que se nota, ao final da leitura e da análise, é certa ambiguidade que emerge dessas publicações: ao mesmo tempo em que define a atividade como um “sonho”, que traz “prestígio” e reconhecimento, aparece também – mas nas entrelinhas – como uma tarefa difícil, que demanda do profissional uma dedicação total: daí o uso, por Azevedo, da palavra “missão” para definir o jornalismo. Esboça-se a existência de um *ethos* do campo, no sentido dado por Bourdieu (1983), que, mais do que outra formação específica, é ou deve ser incorporado pelo profissional para ultrapassar a fronteira simbólica do campo e entrar no grupo dos jornalistas.

E cabe questionar se o resto, como afirma um dos autores, é apenas técnica.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALBUQUERQUE, Alfonso. A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil.

Contracampo, no. 14, vol. 1, pp. 73-92, jan-jun. 2006.

ALVES, Marcelo. O debate sobre o diploma de jornalismo no Congresso Nacional. **INTERCOM**, 38. 2014. Foz do Iguaçu: **Anais...** Foz do Iguaçu: Intercom, 2014, pp. 1-15.

AZEVEDO, A. Vivaldo. **Noções de Jornalismo Aplicado**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1979.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Martins, 1964.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARBOSA, Marialva. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos de pesquisa. **Intercom**, v.41, n.2, p.21-36, mai./ago. 2018.

BARROS, José. D'A. Sobre a feitura da micro-história. **Opsis**, Goiânia, Vol. 7, no. 9, pp. 167-185, jul-dez. 2007.

BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luís M. S. **O habitus na Comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.

BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CAPELATO, Maria H. **Os arautos do liberalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____.; PRADO, Maria L. **O bravo matutino**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOLDENSTEIN, Gisela T. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

_____. **Folhas ao vento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HEHENBERG, Johann. **Manual do Jornalista**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1962.

IACOMINI Jr, Franco. Fósseis do jornalismo: um olhar para a comunicação de longa duração. **ALCAR**, 12. Natal: **Anais...** Natal: Ed. UFRN, 2019, pp. 1-15.

LEVI, Giovanna. Micro-história. In: BURKE, P. **Escrita da História**. São Paulo: Unesp, 2016.

LIMA, V. A. Repensando as Teorias da Comunicação. In: MELO, J. M. (Org.) **Teoria e Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Intercom/Cortez, 1983, pp. 85-99.

MARTINO, Luis M. S. A crítica das condições de trabalho jornalístico em *As Ilusões Perdidas*, de Balzac. **Comunicação: Veredas**, v. 9, n. 1, pp. 147-162, jul-dez. 2010.

_____. Dos 'Fundamentos Científicos' à 'Teoria da Comunicação': uma controvérsia epistemológica nas origens da Área. **Comunicação & Informação**, v. 21, no. 3, pp. 107-122, out-dez. 2018.

_____. O diálogo entre fatores políticos e epistemológicos na formação do campo da comunicação no Brasil. **Folios**, Antioquia, v. 28, pp. 159-175, jul-dez. 2012.

- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. 2ª Edição. São Paulo: Summus, 1988.
- _____. **Profissão jornalista**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- MOTA, Carlos G.; CAPELATO, Maria H. **História da Folha de S.Paulo**. São Paulo: Impress, 1981.
- MOTA, Luiz G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Ed. UnB, 2013.
- MOURA, Claudia P. **O curso de comunicação social**. Porto Alegre: PUC-RS, 2002.
- NORBERTO, Natalício. **Jornalismo para principiantes**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1978.
- _____. **Manual prático do jornalista**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1960.
- _____. **Jornalismo para todos**. Gráfica Batista, s. d.
- _____. **Manual prático do jornalista**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1964.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988
- PETRARCA, Fernanda R. Construção do estado, esfera política e profissionalização do jornalismo no Brasil. **Sociologia e Política**, v. 18, n. 35, pp. 81-94, fev 2010.
- RAMOS, José N. **Jornalismo – Dicionário Enciclopédico**. São Paulo: Ibrasa, 1970.
- RECEITA FEDERAL. Curiosidades da evolução do imposto de renda. Brasília: Ministério da Economia, 2019. Disponível em <<http://receita.economia.gov.br/sobre/institucional/memoria/imposto-de-renda/curiosidades>>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- RIBEIRO, Jorge C. **Sempre alerta**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ROSE, Gillian. *Visual methodologies*. Londres: Sage, 2016.
- SANTOS, Jeanna L. C. Passagem do livro ao jornal: o texto esfarela-se na crônica. **Revista Brasileira de História da Mídia**, Vol. 2, no. 1, pp. 1-9, jan-jun. 2013.
- SILVA, Carlos E. L. **Mil Dias**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.
- TASCHNER, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.
- _____. **Folhas ao vento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.